



**Declaração do B Lab sobre temas controversos –
Loterias beneficentes
Atualizado em abril de 2022**

Abordagem do B Lab sobre temas controversos e certificação de Empresas B

Como empresas com fins lucrativos que atendem aos padrões mais rigorosos de desempenho, responsabilidade e transparência nos aspectos social e ambiental, as Empresas B Certificadas são líderes em usar o poder dos negócios para gerar um impacto positivo.

Seja pela informação que uma empresa oferece no seu [Questionário de divulgação de informações confidenciais](#), por uma questão levantada por terceiros através do [Processo formal público de reclamações do B Lab](#) ou pelo diálogo público a respeito dos requisitos e padrões para a certificação de Empresas B, regularmente surgem perguntas difíceis e complexas a respeito de temas controversos no mundo dos negócios que poderiam afetar a elegibilidade de uma empresa à certificação de Empresa B. O julgamento dessas questões fica à critério do [Conselho Consultivo de Padrões](#) independente do B Lab, como parte do processo de avaliação da divulgação de informações.

O questionário de divulgação de informações confidenciais do B Lab é a base desse processo de avaliação, que aborda questões delicadas relativas a setores, práticas, resultados e sanções. Ele também se baseia em triagens e padrões de terceiros como a Lista de Setores Excluídos da IFC [*IFC Excluded Industries List*] e as convenções da Organização Internacional do Trabalho. Reconhecendo que qualquer lista que apresente essas questões delicadas poderia estar incompleta, o B Lab se reserva o direito de conduzir avaliações similares sobre questões que não estejam presentes atualmente no questionário de divulgação de informações confidenciais, mas que sejam motivo de preocupação para as partes interessadas e que constituam uma possível violação da Declaração de Interdependência do Movimento de Empresas B.

Quando surgem novos setores ou questões em um âmbito que ainda não desenvolveu um modelo sólido de tomada de decisões, o B Lab conduz pesquisas que servem para orientar a decisão do Conselho Consultivo de Padrões. Essa pesquisa está baseada em fontes secundárias compiladas pela equipe do B Lab, com o objetivo geral de identificar e compreender as diferentes preocupações relacionadas ao setor ou à questão, bem como às diferentes perspectivas das partes interessadas. Isso inclui uma revisão de imprensa sobre o setor e seus impactos; como a questão foi abordada por outros padrões; políticas públicas existentes e recomendadas para organizações sem fins lucrativos e outros especialistas no assunto; exemplos (possivelmente positivos e negativos) de atores dentro do setor; entrevistas com partes interessadas

especializadas; e outras perspectivas e comentários públicos. Esse conteúdo é utilizado para desenvolver uma estrutura para a avaliação do Conselho Consultivo de Padrões e determinar os tipos de perguntas que empresas específicas precisam responder como parte da avaliação delas.

Particularmente quando se trata de setores controversos, existe uma tensão natural e saudável entre uma tendência a excluir todas as empresas do setor da possibilidade de elegibilidade à certificação de Empresa B e uma *necessidade de liderança* para potencializar uma transformação na cultura, no comportamento e no impacto desses setores. Embora o B Lab e o [Conselho Consultivo de Padrões](#) possam determinar a inelegibilidade de todo um setor à certificação por conta de suas práticas ou de seu impacto negativo, eles também reconhecem que existe a possibilidade de que empresas em setores controversos estejam lidando com esse impacto negativo potencial ou essas controvérsias de maneira significativa. Nessas circunstâncias, pode haver uma necessidade maior de distinguir entre bons e maus atores, assim como definir o que constitui um desempenho bom, superior ou o melhor do setor, usando padrões rigorosos e verificados de desempenho social e ambiental, responsabilidade jurídica e transparência pública. Todas as partes interessadas se sentem mais bem atendidas se existe um padrão transparente e confiável que contribua para uma melhor tomada de decisões sobre políticas, investimentos, compras e empregos.

Reconhecendo que existe uma variedade de perspectivas razoáveis sobre o que contribui para uma prosperidade duradoura e compartilhada por todos, o B Lab e o Conselho Consultivo de Padrões farão determinações referentes à elegibilidade para a certificação de Empresa B. No caso de empresas em setores controversos, com políticas controversas ou envolvidas em práticas controversas, será exigido transparência sobre suas práticas e sobre a forma de administrar e mitigar essas questões. O B Lab também documentará e compartilhará essas posições publicamente para permitir que todas as partes interessadas, incluindo cidadãos e formuladores de políticas, façam seus próprios julgamentos sobre o desempenho da empresa, bem como participem de um debate público construtivo e criterioso sobre questões relevantes. As últimas disposições e declarações do B Lab sobre temas controversos estão disponíveis [aqui](#).

Assim como os padrões do B Lab de uma forma geral, essas disposições são trabalhos em andamento. Esperamos poder melhorá-los no futuro. Outras perspectivas são bem-vindas, já que o B Lab continua a refinar sua visão com a expectativa de contribuir para um debate construtivo sobre o papel das empresas na sociedade.

Independentemente da elegibilidade à certificação de Empresa B, todas as empresas em qualquer setor podem usar a [Avaliação de Impacto B](#) como uma ferramenta de gestão interna para avaliar e melhorar o impacto das suas práticas como um todo e/ou para adotar uma estrutura jurídica de governança das partes interessadas (como [Sociedades de Benefício e Interesse Coletivo](#)) que seja adequada à jurisdição e à estrutura corporativa atual da empresa.

Caso tenha dúvidas ou comentários sobre nossa abordagem a respeito das questões abaixo, entre em contato com a equipe de Gestão de Padrões do B Lab através do e-mail standardsmanagement@bcorporation.net.

Loterias beneficentes e Certificação de Empresa B

O B Lab e o Conselho Consultivo de Padrões independente reiteraram a seguinte decisão com relação à elegibilidade para a certificação de Empresa B no setor de loterias beneficentes:

No momento, loterias privadas não beneficente são inelegíveis para a Certificação de Empresa B.

As loterias beneficentes são elegíveis para a Certificação de Empresa B caso cumpram estes padrões adicionais:

1. Política de responsabilidade para jogos de azar: A empresa tem uma política de responsabilidade para jogos de azar, definindo práticas que reduzam o risco de impactos negativos.
2. Mercado regulamentado: A empresa opera em mercados que têm normativas para loterias beneficentes (por exemplo, porcentagem mínima da receita que deve ser doada a organizações beneficentes).
3. Propósito filantrópico: A empresa demonstra que opera de forma alinhada ao propósito de arrecadar dinheiro para organizações beneficentes, cumprindo os seguintes requisitos:
 - a. A empresa tem um documento disponível publicamente indicando como sua receita é alocada entre organizações beneficentes, prêmios e gastos.
 - b. A empresa tem uma política disponível publicamente sobre como equilibra crescimento e propósito. A política inclui o compromisso da empresa em otimizar as contribuições filantrópicas e uma explicação da porcentagem atual e estável da receita da empresa doada a organizações beneficentes.
 - c. A empresa tem uma política publicamente disponível sobre sua abordagem a questões governamentais (por exemplo, lobby, defesa de interesses).
 - d. A empresa está estruturada para não ter distribuições de lucros privados porque reconhece que o objetivo de uma loteria beneficente é arrecadar fundos para organizações beneficentes, não enriquecer pessoas. A remuneração dos executivos é examinada por um órgão independente e é comparável a organizações de porte similar.

Visão geral do setor

Uma loteria beneficente é um tipo de loteria que, embora possa ser estruturada como empresa de forma a atender aos requisitos de elegibilidade da Certificação de Empresa B, opera sem fins lucrativos, sendo que uma parte dos lucros é doada para organizações beneficentes e outras causas sociais. No geral, as loterias são uma forma legalizada de jogos de azar em muitas partes do mundo e, normalmente, são gerenciadas por órgãos governamentais. No entanto, muitas jurisdições nos Estados Unidos e na Europa também permitem loterias privadas, incluindo loterias beneficentes.

Na Europa, a *Association of Charity Lotteries in Europe* (ACLEU) se descreve como uma organização internacional sem fins lucrativos, criada em 2007 para promover o modelo de loteria beneficente e dar voz a essas loterias e seus beneficiários no debate europeu sobre jogos de azar e em todas as questões relacionadas à arrecadação de fundos por meio de loterias beneficentes. Em 2020, 14 membros da ACLEU arrecadaram coletivamente 830 milhões de euros para apoiar 12 mil projetos e organizações da sociedade civil.¹ Os membros da ACLEU apoiam uma ampla variedade de organizações da sociedade civil, como Anistia Internacional, WWF e UNICEF, além de organizações beneficentes locais.

A organização fornece a seguinte definição de loterias beneficentes, se concentrando na diferença em relação às loterias governamentais tradicionais e aos jogos de azar comerciais. Tal definição é mencionada por outras fontes secundárias, incluindo o [International Center for Not-For-Profit Law](#).

1. Uma loteria beneficente é operada de forma privada, com uma licença do governo nacional, mas não é operada pelo governo nem é de propriedade dele. Isso garante que o financiamento seja adicional aos subsídios do governo, em vez de substituí-los.
2. Dessa forma, 1): não há interferência política na distribuição dos fundos, as decisões de financiamento são tomadas por um conselho independente. Afinal de contas, quando o assunto envolve política, a distribuição dos fundos pode mudar, principalmente após as eleições, de acordo com as políticas do governo.
3. O objetivo principal de uma loteria beneficente é arrecadar fundos para organizações beneficentes; a loteria é apenas uma ferramenta. As iniciativas de arrecadação de fundos não são usadas como uma simples desculpa para organizar a loteria, ao contrário, são o motivo principal. Portanto, nenhuma pessoa deve lucrar.
4. Dessa forma, 3): uma parte substancial da receita deve ser destinada às organizações beneficiárias. A quantia considerada substancial depende da maturidade da loteria, dos requisitos jurídicos do país e da situação do mercado. Em uma situação ideal, com condições equitativas e uma legislação perfeita, os fundos para as organizações beneficentes e o dinheiro do prêmio para os participantes são divididos em partes iguais.
5. Uma loteria beneficente oferece apoio institucional: os beneficiários podem gastar o dinheiro como quiserem. Uma loteria beneficente apoia os objetivos de uma organização em vez de projetos ou atividades específicas.

¹ [ACLEU](#)

6. Uma loteria beneficente deve ser uma parceira confiável para a organização que apoia, portanto o financiamento deve ser em longo prazo.

Riscos e problemas significativos

O B Lab pode resumir as preocupações das partes interessadas em relação a loterias beneficentes da seguinte forma:

Jogo patológico e impacto desproporcional sobre pessoas de baixa renda

Como são uma forma de jogo de azar, as loterias costumam ser motivo de controvérsias, e seus efeitos negativos sobre a sociedade são investigados há décadas. Segundo um estudo citado frequentemente, publicado no *American Journal of Public Health*, “a proliferação de jogos de azar legalizados nos Estados Unidos constitui um problema de saúde pública por causa dos efeitos adversos que novas formas de jogo podem ter sobre as taxas gerais de prevalência [de jogo patológico], bem como em grupos de risco na população em geral”.² Outro estudo publicado no *American Journal of Economics and Sociology* encontrou uma “relação robusta e positiva entre as vendas [de loterias] e os índices de pobreza”.³

Existem vários estudos que avaliam especificamente se as loterias beneficentes podem levar ao jogo patológico.⁴ Embora exista o risco de jogo patológico, as loterias beneficentes são percebidas como uma atividade de baixo risco devido ao desempenho em características estruturais que levam ao jogo patológico. Algumas características estruturais que variam entre os tipos de jogos de azar são:

- Probabilidade percebida de ganhar
- Grau de envolvimento do jogador
- Ilusão de ter quase ganhado
- Grau de habilidade que pode ser aplicada
- Continuidade da atividade
- Magnitude dos possíveis ganhos

Em comparação com outros tipos de jogos de azar, as loterias beneficentes têm menos pontos nessas dimensões. Por exemplo, embora jogos com maior probabilidade percebida de ganhar e grau de habilidade aplicada (por exemplo, apostas em esportes, corridas de cavalos) possam contribuir para o jogo patológico, as loterias beneficentes não apresentam essas características. Da mesma forma, embora as atividades contínuas (por exemplo, máquinas caça-níqueis, jogos de cassino) tenham maior probabilidade de associação ao jogo patológico, esse problema raramente é observado em atividades não contínuas (por exemplo, loterias semanais ou quinzenais) nas quais os resultados podem ser desconhecidos durante vários dias. No entanto,

² [American Journal of Public Health](#)

³ [American Journal of Economics and Sociology](#)

⁴ [International Center for Not-For-Profit Law](#), [nfpSynergy](#), [Woods Valldata](#)

como sua natureza é ajudar a sociedade, as loterias beneficentes deveriam buscar proteger jogadores potencialmente vulneráveis.

Em relação ao jogo patológico, as loterias de modo geral são consideradas “impostos regressivos” devido às compras desproporcionais de pessoas de baixa renda e à pouca probabilidade de ganhar e ter acesso a algum benefício financeiro.⁵ De acordo com a Associação Nacional de Loterias Estaduais e Provinciais dos Estados Unidos, a demografia dos compradores de loterias é, em grande parte, igual à demografia da população em geral, mas outros estudos afirmam que os bilhetes são comprados, de forma desproporcional, por pessoas de baixa renda.⁶ Uma pesquisa publicada em 2012 pelo *Journal of Gambling Studies*, que analisou uma amostra representativa do país, relata que “as pessoas com os piores status socioeconômicos foram as que mais compraram bilhetes de loteria (61%), além de ter a maior média de dias em que jogaram no ano passado (26,1 dias)”. A mesma pesquisa conclui que “o aumento dos níveis de jogo de loteria está ligado a certos subgrupos da população dos EUA: homens, negros, indígenas e pessoas que vivem em bairros desfavorecidos”.⁷ Embora essas pesquisas não sejam específicas para loterias beneficentes e nenhum número específico sobre loterias beneficentes tenha sido encontrado, elas levantam questões éticas importantes sobre a possível compra desproporcional por pessoas de baixa renda, seja para fazer doações ou buscando ganhar. No entanto, há pesquisas que indicam que os compradores de loterias beneficentes percebem sua participação mais como doação do que como jogo.⁸

Embora o risco de jogo patológico e impostos regressivos seja baixo para loterias beneficentes, as empresas podem abordar essa questão por meio de políticas e práticas que reconheçam e minimizem o risco de jogo patológico, incluindo auditorias dos jogos oferecidos, limites máximos de gastos, treinamento de funcionários e práticas de comercialização responsáveis.

Consulte mais informações na [Declaração do B Lab sobre temas controversos - Setor de cassinos](#) e no [relatório da nfpSynergy sobre jogo responsável](#).

Propósito filantrópico

As partes interessadas também levantam preocupações relacionadas ao desempenho (doações filantrópicas expressas em valor absoluto ou em porcentagem da receita) e transparência (dados disponíveis publicamente) das doações das loterias para organizações beneficentes. O objetivo de uma loteria beneficente é arrecadar fundos para organizações beneficentes e, de acordo com a ACLEU, uma parte “substancial” da receita deve ser destinada às operações beneficiárias.

Quando uma loteria beneficente solicita uma permissão do órgão regulador nacional ou estadual de jogos de azar, a permissão específica uma porcentagem mínima da receita que deve ser doada para “boas causas” (por exemplo, organizações beneficentes). Portanto, a loteria

⁵ [Visual Capitalist](#)

⁶ [Metrocosm](#); [The Atlantic](#)

⁷ [Journal of Gambling Studies](#)

⁸ [Journal of Nonprofit & Public Sector Marketing](#)

beneficente tem um requisito normativo de obedecer a essa porcentagem. A porcentagem mínima da receita para organizações beneficentes pode variar de acordo com o mercado e a loteria beneficente. Por exemplo, na Europa, as porcentagens mínimas vão de 20% (Reino Unido) a 40% (Holanda). As loterias beneficentes também podem se envolver em práticas de lobby ou defesa de políticas para influenciar as normativas do setor, incluindo a porcentagem mínima da receita destinada a organizações beneficentes.

Além da base normativa, existe um debate sobre se há uma porcentagem apropriada de receita que as loterias beneficentes devem doar para as organizações. A ACLEU definiu anteriormente um limite claro de que os custos operacionais da loteria não superem 20% do volume de negócios, com os 80% restantes divididos igualmente entre doações para organizações beneficentes (40%) e prêmios em dinheiro (40%), mas desde então essa orientação mudou. A porcentagem que uma loteria beneficente doa para organizações beneficentes pode ser afetada por fatores do mercado, como o grau de concorrência com outras loterias (incluindo loterias estatais). Por exemplo, em mercados mais novos, as loterias beneficentes podem investir no aumento de usuários (por exemplo, gastos com marketing, prêmio maior) para aumentar o valor absoluto de suas receitas gerais, bem como as doações para organizações beneficentes (sem deixar de cumprir o percentual mínimo regulamentar de receitas doadas a organizações beneficentes).

Em relação à transparência, embora os dados de alocação de receita sejam compartilhados com os órgãos reguladores, as loterias beneficentes sempre puderam escolher em que medida esses dados seriam disponibilizados publicamente.⁹ No entanto, o público e os órgãos reguladores estão exigindo cada vez mais transparência, de forma que os usuários possam tomar decisões informadas em relação às loterias beneficentes. Por exemplo, o *Lottery Council* do Reino Unido tem uma consulta aberta com as seguintes propostas:

- Deixar claro para os consumidores antes da compra do bilhete de loteria exatamente para qual sociedade ou organização beneficente a receita será destinada.
- Publicar quanto dinheiro arrecadado com a venda de bilhetes de loteria está sendo direcionado diretamente aos propósitos da sociedade.¹⁰

As loterias beneficentes podem demonstrar seu compromisso com um propósito filantrópico e reduzir os questionamentos tomando algumas das seguintes medidas: operar em mercados regulamentados e aumentar a transparência em relação a suas contribuições gerais para organizações beneficentes, suas relações com o governo e suas práticas de lobby, entre outras medidas.

Fundamentos das decisões do Conselho Consultivo de Padrões

⁹ [Third Force News](#)

¹⁰ [Gambling Commission](#)

As empresas do setor de loterias beneficentes são importantes vias de arrecadação de fundos para organizações beneficentes e outras organizações sociais. Devido a esse impacto social e como os riscos de jogo patológico são menores no caso de loterias beneficentes do que em outros tipos de jogos de azar, as loterias beneficentes são elegíveis para a Certificação de Empresa B. Embora existam riscos no setor em relação ao jogo patológico e à garantia do propósito filantrópico, as empresas que seguem as práticas recomendadas especificadas nos requisitos acima podem mitigar esses riscos e otimizar seu impacto social.

Conforme descrito acima na visão geral do setor, em relação a outras atividades de jogos de azar, as pesquisas indicam que as loterias beneficentes são consideradas uma atividade de baixo risco para jogo patológico, em parte devido à natureza dos jogos de loteria. Além disso, os usuários costumam ver a compra do bilhete como uma doação e não como uma forma de jogo. As empresas podem mitigar ainda mais esse risco com uma política ou código de conduta voltado para a redução do jogo patológico.

Embora possam existir dúvidas sobre o cumprimento do propósito filantrópico por uma empresa, práticas específicas podem ser implementadas para garantir que ele seja cumprido, conforme descrito acima, incluindo doações de valores iguais ou maiores do que a porcentagem mínima regulamentada da receita para organizações beneficentes e operar sem lucros privados.

Além dessas práticas abrangentes, para garantir que as loterias beneficentes estejam operando de acordo com o propósito declarado, ainda há necessidade de inspeção da alocação de receita para organizações beneficentes, prêmios e custos, bem como das práticas de lobby da empresa, a fim de garantir que os procedimentos democráticos não sejam subvertidos. Por isso, também é necessário aumentar a transparência pública sobre as práticas da empresa. As loterias beneficentes podem querer gastar mais para estimular o aumento da receita, especialmente no caso de novos mercados. Nesse caso, não seria possível estipular uma porcentagem específica da receita que deveria ser doada (já que até mesmo os requisitos regulatórios variam de acordo com o mercado). Ainda assim, essas empresas devem equilibrar o crescimento e o propósito, em vez de medir o próprio sucesso apenas pelo valor absoluto das doações feitas. A alocação do aumento incremental da receita deve ser refletida nas doações para organizações beneficentes, principalmente ao longo do tempo. Por exemplo, o aumento da receita deve implicar um grande aumento do valor doado para organizações beneficentes, não do salário dos executivos da loteria beneficente.

As decisões do Conselho Consultivo de Padrões se baseiam em pesquisas independentes conduzidas pelo B Lab e consultores das partes interessadas, incluindo especialistas acadêmicos.

Esta declaração está vigente desde abril de 2022 e até a próxima avaliação do Conselho Consultivo de Padrões.

Envie seu feedback ou perguntas para a equipe de Gestão de Padrões do B Lab pelo e-mail standardsmanagement@bcorporation.net.